

Aditivo do PCCR é assinado no Sindicato

Na sexta-feira (22), foi assinado, na sede do Sindicato, o termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho 2011/2012 relativo ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).

O presidente do BRB, Jacques de Oliveira Pena, acompanhado dos diretores de Gestão de Pessoas e Administração, Jorge Alves, e de Atendimento e Distribuição, Alair José Martins Vargas, estes dois designados pela presidência para acompanhar, pela diretoria, as negociações acerca do PCCR, foram à cerimônia no Sindicato.

A assinatura do acordo ocorreu após a inauguração de mais uma agência do BRB na região administrativa de Ceilândia, numa demonstração da pujança do BRB e da acertada política do governo em valorizar o banco, tornando-o um instrumento efetivo de desenvolvimento do Distrito Federal, ocupando o espaço que ele tem que ter na região.

Reivindicado pelos empregados do banco ainda na gestão presidida por Nilban de Melo Júnior no segundo semestre de 2010, o PCCR coroa um processo de negociação longo. A demanda de correções no PCCR de 2009 vem desde sua implantação, porém, a discussão só foi possibilitada pela mudança na diretoria propiciada pela queda do governo Arruda. A negociação passou ainda pela gestão de Edmilson Gama da Silva, ocasião em que se desenvolveu bastante, inclusive, com a contratação de consultoria especializada. O processo teve continuidade e foi concluído agora na gestão de Jacques Pena.



Da esquerda para a direita: o superintendente de Recursos Humanos do BRB, Célio do Prado, o diretor de Atendimento e Distribuição do banco, Alair José Martins Vargas, o diretor de Gestão de Pessoas e Administração do BRB, Jorge Alves, o presidente do BRB, Jacques de Oliveira Pena, o secretário-geral do Sindicato, André Nepomuceno (centro), o diretor da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte Rodrigo Camilo, o diretor do Sindicato Cristiano Severo e o economista do Dieese Pedro Tupinambá

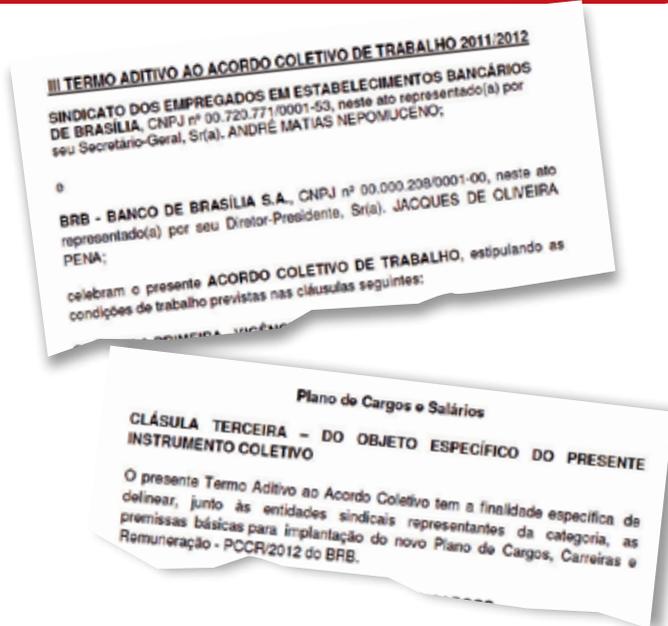
Ajustes

Apesar de longo, o processo foi importante porque pela primeira vez o BRB tem um instrumento elaborado com bases científicas, e negociado à exaustão, embora o Sindicato tenha a convicção que apresenta pontos que devem ser melhorados. O fundamental é que, há por parte do banco a concordância de que o PCCR é flexível e pode sim ser corrigido ao longo do tempo, o que abre perspectivas concretas de aperfeiçoamentos. Há, inclusive, cláusula que prevê correções no curso de sua implantação nos próximos 180 dias, a partir da data de 1º de julho.

Neste processo de negociação do PCCR foi fundamental a participação dos funcionários que responderam às convocações do Sindicato e estiveram em diversas reuniões



Em assembleia realizada dia 21, os funcionários do BRB aprovaram, por ampla maioria, o PCCR



para debater as propostas. Formaram ainda comissões específicas a exemplo daquela que representou funcionários pertencentes às funções que tiveram sua jornada adequada à jornada de 6 horas, bem como os auxiliares administrativos, cuja situação como resultado final avançou bastante em comparação à proposta inicial do banco.

Marco

Também destacamos a composição da comissão representativa dos analistas de TI, e ainda de extrema relevância a participação dos delegados sindicais que a tempo

estiveram presentes nas discussões e ajudaram a elaborar as contrapropostas apresentadas pelo Sindicato.

“Este PCCR é um marco sindical na relação com o banco. Questões relevantes foram resolvidas nesta negociação e agora estarão no dia a dia dos funcionários, a exemplo da adequação da 7ª e 8ª horas para a jornada de 6 horas”, afirma o secretário-geral do Sindicato, André Nepomuceno, que assinou o aditivo em nome do presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

Confira em www.bancariosdf.com.br a íntegra do termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho 2011/2012 relativo ao PCCR.

Por que o PCCR é um avanço

Veja, abaixo, alguns itens que demonstram o porquê de o Sindicato considerar a aprovação do PCCR um avanço:

- 1 ELEVAÇÃO DO NÚMERO DE PADRÕES DE 30 PARA 48** – fim do congelamento de salários no padrão 30.
- 2 DEFINIÇÃO DE TRILHAS DE ENCARREIRAMENTO** – pela primeira vez, há com clareza trilhas que demonstram como ascender no banco, com critérios claros. O Sindicato entende que precisam ser feitos ajustes que forem detectados no processo de uso deste instrumento. Estes certamente serão feitos, pois o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) não é estanque.
- 3 VALORIZAÇÃO DAS FGs** – está havendo um realinhamento das FG's de forma que para aqueles que recebem CVVR, essa verba terá um peso bem menor na composição da remuneração.

- 4 ELEVAÇÃO DO PERCENTUAL DE INTERSTÍCIO ENTRE OS PADRÕES** – estamos saindo de 0,8% ao ano para um escalonamento progressivo, de forma que os padrões cujo valor seja menor terão um interstício maior – 1,2% para os primeiros 16; 1,0% para os dezesseis seguintes, e 0,8% para os últimos 16.
- 5 RESOLUÇÃO DA QUESTÃO DA 7ª E 8ª HORAS** – a jornada de 6 horas está sendo adequada para as funções que se enquadram nas condições para tal, sem necessidade de intervenção da Justiça. O direito de buscar o pagamento das horas extras passadas até a data de implantação do PCCR está assegurado. Aos interessados, basta procurar o Sindicato.
- 6 AUMENTOS IMPORTANTES NA REMUNERAÇÃO PARA DIVERSOS SEGMENTOS DO BANCO, COMO POR EXEMPLO:**
 - Escriturário padrão 30 (no novo PCCR padrão 14 classe A2) –

elevação de 9,3%

- Escriturário padrão 16 classe A3 (já no novo PCCR, equivalente a 48 padrões) – 16,11% sobre o 30 (padrão 14 classe A2 no novo PCCR).]
- Advogados – elevação de 28,52% no salário de ingresso;
- Gerentes gerais: elevação no VR: 1 – 8,98%; 2 – 9,43%; 3 – 8,84%; 4 – 7,04% e 5 – 5,94%
- Gerente de área – elevação de 10,29% no VR;
- Asnegs – sendo aprovados no curso e estágio para gerente de negócios júnior, 94,99%;
- Gerente administrativo – elevação de 6,93% no VR;
- Orientador de atendimento – elevação de 6,75% na AG;
- Atendente de ouvidoria – elevação de 60,13% na AG.

Entre todos os aspectos, não se pode deixar de ressaltar a situação dos auxiliares administrativos, cuja proposta final minimizou a intransigência do banco. Além dos 18 me-

ses de indenização, o Sindicato assegurou, junto com o representante eleito pelos auxiliares, mecanismos para esses bancários serem alocados em outras funções, de forma que, ao final de 18 meses, não reste nem um sem a justa adequação. Neste período o Sindicato estará atento, acompanhando e cobrando a solução para esses trabalhadores.

Conforme tabela de cargos serão 48 padrões divididos em três classes A, B e C, com interstícios de 1,2%, 1,0% e 0,8%, respectivamente. O enquadramento nos respectivos padrões será feito pelo padrão hoje ocupado pelos funcionários. Até o 16 serão enquadrados nos padrões da classe A. Do 17 ao 30, serão enquadrados nos 16 padrões da classe B, com exceção daqueles que contam mais de 30 anos de trabalho, cujo enquadramento será pelo tempo de serviço, podendo ser enquadrados na classe C que também terá 16 padrões, conforme já divulgado pelo Sindicato. Ocorrerão duas formas de transposição entre as classes: por antiguidade, uma vez por ano (automática) e por merecimento, a cada dois anos, conforme critérios específicos.

Sindicato convoca bancários para reunião que vai tratar dos ajustes no plano BD1 da Regius

Passada a discussão, aprovação e assinatura do acordo do PCCR – e no curso da preparação da campanha salarial de 2012 – uma questão precisa urgentemente de muita discussão: a situação do plano BD I da Regius.

Conforme já divulgado pelo Sindicato, o plano BD I apresentou déficit nos dois últimos exercícios, o que obriga a realização de ajustes no plano de acordo com a legislação em vigor. Ocorre que a Regius, antes de propor e debater com os participantes o ajuste necessário, propôs alterações profundas no

modelo de cálculo do salário de contribuição e de benefício para os participantes deste plano.

As alterações foram aprovadas pelas instâncias, inclusive pela diretoria eleita e pelos membros eleitos dos conselhos. Diante da magnitude do assunto, a diretoria da Regius deveria ter exercitado o debate com os participantes antes de ter aprovado qualquer alteração.

A discussão com os participantes – os principais interessados – foi bastante tímida, se resumindo praticamente a uma demonstração das

alterações propostas, o que não permitiu a participação destes na contribuição para as referidas alterações.

Diante disso, o Sindicato cobrou da Regius a realização de um grande debate com os participantes, se colocando à disposição para ajudar na convocação. Porém, a Regius não respondeu.

Reunião

Assim, o Sindicato, conforme informado na assembleia que aprovou o PCCR, convoca os partici-

pantes do plano BD I para reunião nesta quinta-feira (28), às 19h, na sede do Sindicato, para discutirmos esta situação.

Na reunião, estarão presentes o assessor jurídico do Sindicato e também a presidenta da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), Cláudia Ricaldoni, para esclarecer o que pode ser feito diante da proposta da Regius que deve ser em breve remetida à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).